



Corpos, Gêneros e Educação de Jovens, Adultos e Idosos: reflexões sobre as práticas pedagógicas nos dias com os cotidianos.

Bodies, Genders, and Education of Youth, Adults, and the Elderly: reflections on pedagogical practices in the daily lives.

Ana Patrícia da Silva
Denize Sepulveda
Renan Corrêa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro – RJ - Brasil

Resumo

Este artigo aprofunda a análise das intersecções entre corpos, gêneros e sexualidades no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), com o objetivo de compreender como as práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de identidades mais justas e equitativas. A pesquisa busca problematizar as normas de gêneros e sexualidades, desnaturalizando conceitos e questionando as desigualdades sociais presentes nesses processos. Ao reconhecer as diferenças corporais e identitárias dos estudantes, a EJAI pode promover um ambiente de diálogo e respeito, possibilitando a expressão autêntica de suas experiências e subjetividades.

Palavras-chave: Corpos; Gêneros; Educação de Jovens Adultos e Idosos.

Abstract

This article delves into the intersections of bodies, genders, and sexualities within the context of Adult and Elderly Education (EJA), aiming to understand how pedagogical practices can contribute to the construction of more just and equitable identities. The research seeks to problematize gender and sexuality norms, denaturalizing concepts and questioning the social inequalities present in these processes. By recognizing the diversity of bodies and identities among students, EJA can foster an environment of dialogue and respect, enabling the authentic expression of their experiences and subjectivities.

Keywords: Bodies; Genders; Adult and Elderly Education.

Introdução

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) configura-se como um campo de estudo crucial para a análise das complexas interações entre corpos, gêneros e sexualidades. A presente pesquisa aprofunda a investigação dessas interseccionalidadesⁱ, com o objetivo de compreender como as práticas pedagógicas podem contribuir para a construção de identidades mais justas e equitativas, desnaturalizando as normas de gêneros e sexualidades e promovendo a valorização das diferenças.

Além disso, abarca o conceito de aprendizagem ao longo da vida, no contexto da educação continuada, no sentido da garantia do direito de todos à educação. De acordo com Brasil (2000, apud Silva, 2024, p. 2):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, com características próprias (modelo pedagógico, currículo, material didático, tempos, espaços, processos avaliativos etc.) e funções definidas, e cujo objetivo é o alcance de um direito negado historicamente, por mais igualdade de acesso e condições de permanência e aprendizagens significativas na escola, para jovens, adultos e idosos, com trajetórias escolares prévias ou não.

Ao reconhecer as diferenças corporais e identitárias dxsⁱⁱ estudantes da EJA, a escola pode se tornar um espaço de diálogo e respeito, possibilitando a expressão autêntica de suas experiências e subjetividades. A pesquisa busca problematizar as desigualdades sociais presentes nesses processos, com foco nas experiências de sujeitxs historicamente marginalizadxs. Este trabalho tem como objetivo principal propor estratégias para trabalhar com os corpos, os gêneros e as sexualidades dxs sujeitxs praticantes da EJA. Para fazer essa investigação trabalhamos com as pesquisas *nos/dos* com os cotidianos Alves (2002; 2008); Andrade, Caldas & Alves (2019); Oliveira (2023), pois compreendemos que tal metodologia nos possibilitou melhor compreender, sentir e significar as complexidades, as histórias, as experiências e as subjetividades dessas pessoas.

Para aprofundar a compreensão sobre a complexidade da experiência dxs estudantes da EJA, este artigo se estrutura em seis seções. A primeira delas é esta introdução. Na segunda seção, caracterizamos xs sujeitxs da EJA e seus contextos sociais, analisando trajetórias de vida, experiências e identidades. Na terceira, damos enfoque às interseccionalidades de gêneros, raças, classes e sexualidades. Na quarta, discutimos as tessituras dos gêneros na EJA, com especial atenção às identidades não normativas, além de

apresentar os termos sexo, gêneros e sexualidades, e suas implicações para xs sujeitxs da EJAI. Na quinta seção, apresentam-se propostas de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as diferenças na EJAI. Por fim, são apresentadas as considerações finais, sintetizando os principais achados e discutindo as implicações para a pesquisa e a prática pedagógica na área.

Como referencial teórico-metodológico utilizamos as pesquisas *nosdoscom* os cotidianos. O contato dxs pesquisadorxs *nosdoscom* os cotidianos, com xs sujeitxs pesquisadxs, *in loco*, permite recolher diversas informações, que são pistas, indícios e sinais (Guinzburg, 1989), muitas vezes inesperados, que ajudam a perceber algumas relações que atravessam o problema de pesquisa (Sepulveda, 2012). O cotidiano exige ver além daquilo que xs outrxs já viram, e quem tece a pesquisa:

[...] seja capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada realidade buscando referências de sons, sendo capaz de engolir, sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando odores que a realidade coloca a cada ponto do caminho diário. (Alves, 2002, p. 17).

Além do mergulho que é um dos movimentos das pesquisas *nosdoscom* os cotidianos, existem mais cinco: virar de ponta-cabeça, beber em todas as fontes, narrar a vida, literaturizar a ciência e a relevância dos indivíduos praticantes que habitam os espaços escolares, “[...] o que de fato interessa nas pesquisas *nosdoscom* os cotidianos são as pessoas, xs praticantes, como as chama Certeau (1994) porque as vê em atos, o tempo todo [...]” (Alves, 2008, pp. 45 e 46). Os movimentos das pesquisas *nosdoscom* os cotidianos vêm ao encontro de *nossas* concepções sobre como tecer uma pesquisa e por isso foi escolhida como metodologia para elaborar nossa investigação. Principalmente no que tange ao quinto movimento, pois xs sujeitxs são primordiais em nossa pesquisa. O nosso compromisso com xs sujeitxs que frequentam a EJAI é um dos motivos que nos levaram ao nossa tema de investigação.

Na tessitura da pesquisa de campo, bem como nos alinhavos dos *conhecimentossignificações cotidianas* que realizamos, a ação de escuta mostrou-se crucial para a estruturação de nossa pesquisa, nossos sentidos estavam todos acionados, não apenas o olhar para a observação. Foi necessário também ouvir, tocar, cheirar, enfim, sentir de outras maneiras o que estávamos entendendo que:

(...) de maneira diferente do aprendido, as atividades (...) [dos cotidianos escolares e

outros] exige que esteja disposta a ver além daquilo que os outros já viram e muito mais: que seja capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada (...) [circunstância ou acontecimento] buscando referências de sons, sendo capaz de engolir sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando as coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando os odores que (...) estão colocados a cada ponto do caminho diário (ALVES, 2001, p. 17, 2008, p. 18) (Andrade; Caldas; Alves, 2019, p. 23)

Estas percepções nos ajudaram a caminhar em nossa pesquisa, permitindo que fôssemos além do sabido e pudéssemos ir adiante na tessitura de novos conhecimentos significações tecendo outros fazeres e pensares. Como destacam Andrade, Caldas e Alves (2019, p. 27), “criar fazeres e pensares novos só se pode dar no embate com o que já foi feito. (...) É essencial conhecer o melhor possível o que existe (...) só assim é possível negá-lo, mostrar seus limites e ir além”. Esse processo não envolve conhecer tudo, mas sim fazer escolhas e dialogar intensamente com os autorxs relacionadxs.

Não é possível pensar a transformação política sem questionar/interrogar os modos como ela se legitima e consolida, ou seja, pela reflexão em torno da organização epistemológica que lhe dá sustentação. É tarefa político-intelectual importante, portanto, compreender e interrogar os modos hegemônicos de conceber e produzir conhecimentos. O dinamismo inerente às dúvidas, que remetem sempre às nossas questões e às múltiplas possibilidades/necessidades de reflexão epistemológica, torna a tarefa interminável e “crescente” (quanto mais formulamos, mais precisamos formular). (Oliveira, 2023, p. 47 e 48)

Essa abordagem foi fundamental para compreendermos melhor a nossa própria temática de pesquisa, pois trabalhar com a EJAI exige múltiplas perspectivas, nos possibilitando traçar outras perguntas e caminhos na compreensão do nosso tema de investigação.

Quem são os sujeitos da educação de jovens adultos e idosos com os quais atuamos e que espaços sociais ocupam?

Os sujeitos da EJAI são pessoas de diversas faixas etárias, gêneros, sexualidades, etnias, classes sociais e histórias de vida que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade considerada “padrão”. São jovens, adultxs, idosxs, negrxs, povos originários, brancxs, trabalhadorxs, drogadxs, doentes, lésbicasⁱⁱⁱ, gays^{iv}, bissexuais^v, transexuais^{vi}, travestis^{vii}, queers^{viii}, intersexos^{ix}, assexuais^x, pansexuais^{xi} e não binários^{xii} (LGBTQIAPN+)^{xiii}, magrxs, gordxs, pessoas com deficiências, que muitas vezes são marginalizadxs pela sociedade. Indivíduos diversxs que trazem consigo marcas culturais, conhecimentos, histórias de vida permeadas por diferentes formas de violência, sofrimentos, vitórias, superações,

vontades, desejos, sonhos.

Marques e Pachane (2010, p.483) apontam que:

[...] a expressão “Educação de Pessoas Jovens e Adultas” não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. Os jovens e adultos são, basicamente, “não crianças”. Além disso, o campo da educação não realiza reflexões e ações dirigidas a um jovem ou adulto específico, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade. [...] Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

As salas de aula da EJAI são marcadas pelas diferenças, conforme já foi citado, tais pessoas convivem nesse espaço, trazendo consigo suas histórias, expectativas e desafios. A docência na EJAI, portanto, precisa transcender a educação conteudista, tradicional e bancária (Freire, 1987), exigindo dx docente uma sensibilidade aguçada para as nuances das experiências vividas por cada alunx, bem como a capacidade de construir um ambiente de aprendizagem que acolha e valorize essa pluralidade, buscando uma educação libertadora. É fundamental considerar as especificidades culturais dxs estudantes da EJAI, que são, em sua maioria, pessoas que não tiveram “sucesso” em suas trajetórias escolares.

O preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino”. [...] Essa complexidade diferencial da EJA corresponde às diversidades presentes nas salas de aula (etárias, de gênero, étnicas, de locais de procedência, de religiões, de constituições familiares, de trajetórias escolares, de escolaridade dos pais, de acesso à tecnologia, de inserções e não inserções no mundo do trabalho etc.), bem como às aprendizagens demandadas pelos sujeitos que nelas se encontram (Silva, 2024 p.5 e 6).

A EJAI no Brasil apresenta um perfil diversificado de estudantes, com destaque para a presença feminina e da população idosa (Souza, 2020; Fiuza, 2013). As mulheres constituem um contingente significativo na EJAI, muitas vezes retornando aos estudos após dedicarem-se a responsabilidades familiares. A modalidade oferece um espaço de empoderamento, possibilitando a conclusão dos estudos e a busca por novas oportunidades no mercado de trabalho.

Silva (2024) e Marques; Pachane (2010) apontam que xs idosxs também têm buscado cada vez mais a modalidade de ensino, visando à alfabetização, à conclusão da educação básica, à socialização e o desenvolvimento de novas habilidades. É fundamental que xs educadorxs da EJAI estejam preparadx para atender às necessidades específicas desses

grupos de estudantes nos dias com os cotidianos escolares, com metodologias e recursos pedagógicos adequados.

A relação entre EJA e mercado de trabalho é evidente: muitos estudantes buscam qualificar-se para ingressar ou ascender profissionalmente. Nesse sentido, a modalidade se conecta à educação popular, promovendo a transformação social e a emancipação dos sujeitos. A modalidade pode ser um espaço de conscientização e de luta por direitos, articulando-se com movimentos sociais e desenvolvendo-se em diversos espaços, como universidades da terceira idade, movimentos sociais e espaços comunitários.

Construção de Gêneros na EJA: Um Olhar para as Identidades Não Normativas e a Complexidade dos Conceitos de Sexo, Gêneros e Sexualidades

A discussão sobre a construção de gêneros na EJA é crucial para a compreensão das diferentes realidades e necessidades dos sujeitos que compõem essa modalidade de ensino, com especial atenção às identidades não normativas. Costa (2017, p. 04) afirma que:

Pensar o gênero no âmbito da educação, no nosso caso mais especificamente na EJA, é de suma importância para a compreensão da identidade dos sujeitos que compõem a escola, a fim de evidenciar caminhos de superação das opressões aos quais são submetidos cotidianamente em diferentes contextos sociais. A escola precisa pensar as questões de gênero, porque os saberes e experiências que os/as estudantes levam e compartilham em sala são atravessadas por representações e pressupostos do que é ser mulher, homem, gay, lésbica, bissexual, transgênero, entre outras identidades.

O corpo, frequentemente percebido como algo imutável e natural, é, na verdade, uma construção social e cultural complexa. A afirmação de que "o corpo é algo produzido na e pela cultura" (Goellner, 2024) nos convida a uma profunda reflexão sobre a forma como entendemos e vivenciamos nossas corporalidades.

Ao longo da história, diferentes culturas atribuíram diversos significados ao corpo, e é essa variação que molda representações, valores e práticas sobre a corporalidade. Características como a aparência física, o modo de expressão e os comportamentos de gêneros considerados pertencentes a determinado sexo, em detrimento de outro, evidenciam como a cultura influencia nossa personificação do corpo.

É importante ressaltar que essa construção cultural do corpo não é estática, mas sim dinâmica e sujeita a transformações ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais. As representações sobre o corpo feminino e masculino, por exemplo, variam significativamente entre diferentes sociedades e ao longo da história.

O corpo é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades, instituir, por exemplo, o que é considerado um corpo belo, jovem e saudável. Representações estas que não são universais e nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, expressa-se, produz-se e é produzido. E também onde se educa porque diferentes marcas se incorporaram ao corpo a partir daí distintos processos educativos presentes na escola, mas não apenas nela, visto que há sempre várias pedagogias em circulação. Filmes, músicas, revistas e livros, imagens, propagandas são também locais pedagógicos que estão, o tempo todo, a dizer de nós, seja pelo que exibem ou pelo que ocultam. Dizem também de nossos corpos e, por vezes, de forma tão sutil que nem mesmo percebemos o quanto somos capturadas/os reproduzidas/os pelo que lá se diz. (Goellner, 2017, p.31).

O conceito de sexo, tradicionalmente associado a uma dicotomia entre masculino e feminino, tem sido questionado e ampliado pelas ciências sociais e humanas. A afirmação de que "sexo se refere às características biológicas que diferenciam machos e fêmeas" é uma simplificação, pois a biologia não é tão binária quanto se pensava.

De acordo com Judith Butler (Butler, 2020, p.16):

Em outras palavras, “sexo” é um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo. Não se trata de um simples fato ou uma condição estática do corpo, mas de um processo no qual normas regulatórias materializam o “sexo” e alçam essa materialização com uma reiteração forçada dessas normas.

Ainda sobre o conceito sexo, Butler (2020, p.16) endossa:

O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual.

A existência de pessoas intersexo, ou seja, aquelas que apresentam características sexuais que não se encaixam nas categorias binárias de masculino e feminino, desafia a ideia de que o sexo é uma questão puramente biológica e imutável.

Ao compreendermos o corpo como uma construção social e cultural, podemos questionar as normas e estereótipos. Reconhecer que as representações sobre o corpo são construídas socialmente nos permite problematizar as normas e estereótipos que limitam as possibilidades de expressão e vivência corporal.

Isso implica a valorização das diferenças corporais, uma vez que a compreensão da corporalidade como diversa e plural contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e respeitosas das diferenças.

Nesse sentido, ao desnaturalizar o corpo, podemos identificar e combater as diferentes formas de discriminação baseadas em características, tais como: físicas^{xiv}, sexo, sexualidade, gênero, raça, idade^{xv}, deficiências, entre outras.

Conforme Louro (2000), o gênero é uma construção social e histórica que se origina das distinções baseadas no sexo. Ou seja, a masculinidade e a feminilidade, contrariamente ao que algumas correntes defendem, não são determinadas exclusivamente por características biológicas, mas sim moldadas por representações sociais e discursivas sobre essas características (Louro, 2000, p. 63-64).

Em outras palavras, o que entendemos por masculino e feminino é resultado de processos culturais e históricos que atribuem significados e valores específicos a cada gênero. O gênero, portanto, define os papéis, comportamentos e expectativas atribuídos a homens e mulheres em determinadas sociedades.

A sexualidade humana é um espectro amplo que engloba diversas formas de expressão do desejo, do afeto e do prazer. A sexualidade refere-se ao desejo afetivo e sexual de cada indivíduo. É importante ressaltar que cada uma das sexualidades abrange uma vasta gama de experiências e identidades. Como exemplo, podemos citar as sexualidades que fazem parte da sigla LGBTQIAPN+

A sexualidade, no plano dos discursos regulatórios, é a estratégia social que permite controlar o desejo erótico. Em função dela, a cultura generaliza certos desejos eróticos e controla-os. A sexualidade não está determinada pelos imperativos biológicos, porém sujeita a condicionamentos sociais, culturais, históricos que se (auto)elaboram e se refletem na leitura dos imperativos biológicos sobre a e da vida. (Caetano, 2016, p. 158 e 159)

Ao refletirmos sobre o papel da EJA na mediação da construção das identidades de gêneros, percebemos a escola como um espaço fundamental para a produção, transmissão e reprodução de representações de gêneros. Essa modalidade de ensino tem a responsabilidade de abordar as identidades sexuais e de gênero de forma crítica, valorizando as experiências e os saberes dos estudantes, além de questionar os papéis de gêneros rigidamente estabelecidos.

Corrêa e Sepulveda (2021) chamam atenção sobre os padrões cis-heteronormativos^{xvi}, que existem em muitas sociedades com a intenção de normatizar corpos e que nas instituições escolares, não é diferente. Ainda de acordo com xs autorxs, nestes ambientes a

cis-heteronormatividade é produzido e reproduzido e, aquelxs que não se encaixam, sofrem processos de exclusão.

Apesar dos esforços ou da pretensão de alguns, a sexualidade de meninos e meninas, de jovens e adultos não consegue ser mantida fora da escola, destinada apenas ao uso externo. Preocupada em disciplinar e normalizar os indivíduos, a escola, ao longo da história, ao mesmo tempo que negou o seu interesse na sexualidade, dela se ocupou (Louro, 2000, p. 47).

A discussão sobre as questões de gêneros na EJA deve ser feita de maneira interseccional, abrangendo temas como a desigualdade dos gêneros, as diferenças sexuais, o combate à LGBTQIAPNfobia e o sexismo^{xvii}. No entanto, essa discussão enfrenta desafios como a falta de consenso entre xs profissionais da educação e a influência de grupos conservadores que buscam silenciar a temática.

É fundamental tecer práticas de valorização das diferenças *nasdascom* as formações de educadorxs para que estejam preparadx para lidar com as questões de gêneros e sexualidades de forma crítica e inclusiva. A EJA deve articular-se com diferentes movimentos sociais e utilizar uma linguagem inclusiva, evitando a reprodução de estereótipos.

(...) enfatizamos a importância de uma formação capaz de sensibilizar xs docentes e funcionárixs para um olhar de acolhimento às diferenças dxs sujeitos, que xs ensine a adotar meios e estratégias capazes de impedir ou ao menos diminuir o preconceito e a discriminação. Existe também uma urgência de alteração dos currículos para que atendam a todxs e não somente aos que se encaixam nos padrões normativos. Portanto, as escolas, juntamente com a comunidade, deveriam desenvolver projetos que estimulasse a aceitação das diferenças e, também, promover o entendimento sobre o assunto. Acreditamos que ações simples como o estabelecimento de palestras já auxiliam de alguma forma no conhecimento e combate às práticas LGBTIAfóbicas e misóginas. (Corrêa; Sepulveda, 2021, p. 294)

É crucial reconhecer e respeitar as diferenças no que se refere às identidades de gêneros e sexuais dissidentes, e as escolas têm um papel fundamental nesse processo.

Como afirmam Sepulveda & Sepulveda (2018, p.87):

(....) os corpos dissidentes são aquelxs que experimentam suas sexualidades de forma oposta à heterossexualidade. Os gêneros, que também compõem muitos corpos, também podem ser dissidentes, uma vez que muitos fogem a lógica binária imposta pela sociedade como a única correta. “Meninas e mulheres devem se comportar de maneira feminina, meninos e homens devem se comportar de maneira masculina”.

Nesse sentido, a discussão sobre as questões dos gêneros e sexualidades *nosdoscom* os cotidianos da EJA é essencial para a promoção da igualdade, da justiça social e da emancipação dxs sujeitxs. É preciso superar os desafios e implementar táticas (Certeau,

1994), para que a temática seja abordada de forma transversal e inclusiva. A modalidade EJA é um espaço de transformação social que auxilia no empoderando dxs sujeitxs que frequentam as aulas, assim colabora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outra questão que também é importante ressaltar diz respeito ao conceito de interseccionalidade na discussão das questões de gêneros e sexualidades na EJA. Tal conceito reconhece que as opressões de gêneros, raça, classe social, sexualidades, entre outras, se interconectam, criando experiências de discriminação e exclusão específicas para cada indivíduo.

Um cenário político e intelectual mais amplo influencia a teorização da interseccionalidade muito mais que as teorias sociais acadêmicas. Gênero, raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, capacidade e idade não são apenas categorias destinadas a tornar a interseccionalidade mais compreensível para a pesquisa acadêmica. Para ser mais precisa, esses termos também se referem a tradições de conhecimentos resistentes importantes de povos subordinados que se opõem às desigualdades e injustiças sociais que vivenciam. Esses projetos visam lidar com as profundas inquietações de pessoas subordinadas a expressões internas e globais de racismo, sexismo, capitalismo, colonialismo e sistemas afins de dominação política e exploração econômica. Seja qual for a forma de opressão a que estão submetidos - raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade, etnia e nacionalidade -, os grupos subordinados têm fortes motivos pessoais para resistir a ela. (Collins, 2022, p. 23)

Assim, xs professorxs da modalidade EJA devem considerar as interseccionalidades dxs estudantes presentes em seus cotidianos e as diferentes formas como elas se cruzam e impactam suas vidas. A abordagem interseccional permite uma compreensão mais completa e contextualizada das desigualdades e opressões que xs sujeitxs da EJA enfrentam.

Proposta pedagógica: um olhar crítico sobre os gêneros e as sexualidades na EJA

A construção de uma modalidade de ensino mais justa e igualitária demanda um compromisso constante com a promoção do respeito as diferenças e o combate a todas as formas de discriminação. Para alcançar esse objetivo, é fundamental implementar práticas pedagógicas que abordem de forma crítica e inclusiva as questões de gêneros, sexualidades e interseccionalidades.

Nesse sentido, apresentamos uma sugestão de proposta pedagógica que busca contribuir para a construção de uma EJA mais justa e igualitária, através de atividades que promovam a sensibilização, o diálogo e a transformação de valores e práticas.

As propostas apresentadas se fundamentam na compreensão de que o corpo e os gêneros são construções sociais e culturais, sujeitos a diversas formas de representação e poder. Ao longo da vida, somos socializadxs para desempenhar papéis de gêneros específicos, o que limita nossas possibilidades de expressão e de realização. A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem, desempenha um papel crucial na reprodução ou na transformação dessas normas, ou seja, “é preciso realizar a complexa tarefa de problematizar as práticas educativas que nos ensinaram a naturalizar a subalternidade” (Caetano, 2016, p. 100)

Os objetivos da proposta pedagógica que aqui sugerimos, são as de sensibilizar xs estudantes para as questões de gêneros e sexualidades, promovendo a reflexão crítica sobre os estereótipos e preconceitos. Desenvolver habilidades de comunicação e expressão, a fim de favorecer o diálogo e a troca de experiências. Promover a valorização e o respeito às diferenças e contribuir para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e equitativa.

A metodologia proposta privilegia a participação ativa dxs alunxs, através de atividades que estimulem a criatividade, a reflexão e o diálogo. Elas devem ser tecidas em um ambiente acolhedor e respeitoso, que permita a todxs se expressarem livremente.

Nesse sentido, propõem-se as seguintes ações (quadro 1):

Quadro 1: Sugestões de práticas pedagógicas

SUGESTÕES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
ATIVIDADE	AÇÃO RESUMIDA
Oficinas temáticas	Promover oficinas que abordem temas como gêneros, sexualidades, masculinidades, direitos LGBTQIAPN+, racismo e interseccionalidades.
Atividades de sensibilização	Promover atividades de sensibilização para as temáticas corpos, gêneros e sexualidades na educação de jovens, adultos e idosxs
Análise crítica de materiais didáticos	Identificar e discutir os estereótipos de gêneros e sexualidades presentes em livros didáticos e outros materiais utilizados na EJAI.
Criação de projetos que valorizem a diversidade	Desenvolver projetos que promovam o respeito às diferenças de gêneros e sexualidades, como peças de teatro, exposições de arte e debates.

Formação continuada para educadores	Oferecer cursos de extensão e de formação continuada para que xs educadores da EJAI estejam preparadas para abordar as questões dos gêneros e sexualidades de maneiras críticas e inclusivas.
-------------------------------------	---

Fonte 1: As autoras e autor (2025)

A construção de uma EJAI mais justa e igualitária requer o compromisso de todxs xs envolvidxs, educadorxs, estudantes, gestorxs e a comunidade na promoção do respeito às diferenças e combater todas as formas de discriminação.

Estratégias pedagógicas para as atividades de intervenção

As sugestões de propostas pedagógicas acima apresentada visa fomentar um ambiente de diálogo aberto e respeitoso, onde xs participantes da EJAI possam explorar e construir conhecimentos sobre gêneros e sexualidades de forma crítica e reflexiva. Através de diversas atividades, busca-se estimular a expressão individual e coletiva, a desconstrução de estereótipos e a valorização das diferenças.

Para aprofundar a compreensão sobre gêneros e sexualidades, propõem-se atividades que envolvam a criação artística e a narrativa pessoal. Através de desenhos, colagens, esculturas, narrativas e outras formas de expressão, xs participantxs poderão dar voz as suas experiências, sentimentos e perspectivas, promovendo a reflexão individual e coletiva. Além disso, o trabalho com histórias de vida, tanto pessoais quanto coletivas, reais ou inventadas, possibilita a construção de narrativas que desafiem os padrões normativos e valorizem as diferentes experiências.

A utilização de distintos artefatos culturais, como revistas, publicidades, filmes, músicas e programas televisivos, permite tecer análises críticas das representações de gêneros e sexualidades presentes na mídia. Ao identificar e discutir os estereótipos e preconceitos presentes nesses materiais, xs participantes podem desenvolver um olhar mais crítico sobre a cultura e a sociedade.

Para que as atividades propostas sejam efetivas, é fundamental criar um ambiente seguro e acolhedor, onde todxs se sintam à vontade para participar. É importante estimular a escuta ativa, o respeito às diferentes opiniões e a valorização da diversidade de experiências. Além disso, é preciso estar atento a possíveis situações cotidianas de discriminação e agir para minimizá-las e evitá-las. A prática de atividades esportivas e

culturais, de forma inclusiva e coeducacional^{xviii}, contribui para a construção de um ambiente mais justo e equitativo.

Xs educadorxs desempenham um papel fundamental nesse processo, atuando como mediadorxs e facilitadorxs do diálogo. É importante que elxs estejam preparadxs para abordar temas complexos, como as questões dos gêneros e das sexualidades, de forma clara e objetiva, utilizando uma linguagem acessível e respeitosa. Além disso, deve estar atento às necessidades e interesses dxs participantes, buscando adaptar as atividades ao contexto e às características do grupo.

Considerações finais

Concluimos que o artigo em questão apresenta contribuições para os campos da educação, dos estudos de gêneros e sexualidades, para a EJAI e para os cursos de formação inicial e continuada de professorxs, ao sistematizar estratégias para trabalhar com as complexidades dos corpos, gêneros e sexualidades.

O artigo sinaliza a importância de reconhecer a EJAI como um espaço plural e diverso, no qual as experiências e identidades dxs sujeitxs são múltiplas e complexas. Ao enfatizar as construções sociais e culturais dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, o texto convida a reflexões críticas sobre as normas e os estereótipos que permeiam nossas relações sociais e, consequentemente, as práticas pedagógicas.

O texto também evidencia a necessidade dxs professorxs tecerem práticas pedagógicas que promovam a inclusão de todxs xs estudantes e o respeito às diferenças. Ao propor atividades que estimulem a expressão individual, o diálogo e as reflexões críticas, o texto contribui para a tessitura de um ambiente escolar mais acolhedor e equitativo, onde todxs se sintam valorizadxs e respeitadxs.

Por fim, o artigo ressalta a importância da formação continuada dxs educadorxs para que possam abordar as questões dos gêneros e das sexualidades de forma justa e igualitária. Ao oferecer subsídios teóricos e práticos, o texto contribui para a tessitura da emancipação dos corpos dissidentes que habitam *nosdoscom* os cotidianos de diferentes espaços educacionais.

Diante das reflexões apresentadas ao longo do texto, é possível destacar algumas contribuições essenciais que reforçam a importância da abordagem sobre corpos, gêneros e sexualidades *nosdoscom* os cotidianos da EJAI.

A EJAI é um espaço de transformação que deve reconhecer a complexidade dos sujeitos que a compõem e os múltiplos atravessamentos sociais, culturais e históricos que moldam suas trajetórias. Neste artigo, enfatizamos a escola como um espaço de transformação, tornando-se um ambiente onde ocorra o reconhecimento das diferenças e a promoção da inclusão. Assim, ao enfrentar as desigualdades estruturais e valorizar diferentes vivências, a EJAI se posiciona como um território de justiça social e de fortalecimento da cidadania.

Sobre o corpo, o enxergamos como construção social e cultural, por isso, trouxemos contribuições para a compreensão dele como um elemento que não pode ser analisado apenas a partir de perspectivas biológicas, mas que deve ser entendido como uma construção social e cultural. Ao problematizar a naturalização de corpos, gêneros e sexualidades, a discussão permite a desconstrução de estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizaram sujeitos que fogem das normatividades impostas. Dessa forma, valorizar as diferenças corporais e identitárias não é apenas um ato pedagógico, mas também um compromisso ético com a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Outro ponto fundamental abordado no artigo é a necessidade de investir continuamente na formação docente para que os educadores da EJAI estejam preparados para lidar com as diferenças nos dias com cotidianos educativos. Muitas vezes, a ausência de formação específica sobre gêneros e sexualidades resulta na perpetuação de silenciamentos e violências dentro do espaço escolar. Por isso, ao enfatizar a relevância da formação continuada, propomos um olhar pedagógico que dialogue interseccionalmente com os desafios contemporâneos e que possibilite a construção de práticas educativas mais inclusivas e equitativas.

Por fim, destacamos neste texto que, a efetivação de uma educação interseccional, inclusiva e transformadora passa pelo desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam capazes de engajar os estudantes e promover aprendizagens significativas. As propostas de atividades apresentadas ao longo do artigo ilustram como diferentes recursos pedagógicos – como debates, metodologias ativas, análise de produções culturais e experiências interdisciplinares – podem contribuir para um ensino mais dinâmico e participativo. Essas estratégias não apenas facilitam a compreensão dos conteúdos abordados, mas também

estimulam a reflexão crítica dxs estudantes da EJAI, possibilitando que se reconheçam como sujeitxs históricxs e agentes de transformação em suas comunidades.

Dessa maneira, ao articular a EJAI como espaço de transformação, de desconstrução de normatividades sobre os corpos, percebemos a necessidade da formação continuada para xs professorxs e a importância das práticas pedagógicas interseccionais e inclusivas, este artigo reforça a urgência de uma educação que contemple as diferenças existentes e promova a equidade.

Referências

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho — o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; _____. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P.13-38

ALVES, Nilda. Sobre os movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

ANDRADE, Nivia; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos: após muitas ‘conversas’ acerca deles. In: OLIVEIRA, Ines Barbosa; PEIXOTO, Leonardo Ferreira; SÜSSEKIND, Maria Luiza (Orgs). **Estudos do cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas**. Curitiba: CRV, 2019. P.19-45

AUAD, Daniela. A co-educação como política pública: a manutenção da escola mista com o advento da igualdade de gênero. **Caderno Espaço Feminino**. v.16, n.19, 2006.

CAETANO, Marcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação**. Curitiba. Appris editora, 2016.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORREA, Renan. **Vai ter viado no mestrado sim, e eu nem sou pioneiro: quebrando armários no curso de licenciatura em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da UERJ**. 2024. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

CORREA, Renan; SEPULVEDA, Denize. A importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas: combatendo práticas conservadoras misóginas e LGBTIfóbicas. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 2, 2021.

COSTA, Carolina da Purificação. Gênero e educação de jovens e adultos (EJA): reflexões a partir das orientações curriculares da SEC-BA. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FIUZA, Adriane dos Santos. **Gênero na educação de jovens e adultos, um desafio para a gestão escolar**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade educando para a diversidade**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/144/videoconfgenero.pdf?sequence=3&isAllowed=y#:~:text=O%20corpo%20%C3%A9%20algo%20produzido,grupos%20sociais%2C%20%C3%A9%20etc.> Acesso em: 30/11/2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. IN: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GINZBURG, Carlo **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

OLIVEIRA, Ines Barbosa. **Pesquisando com os cotidianos: uma trajetória em processo**. Petrópolis [RJ]: DP et Alit; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2023.

SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. 231f. Tese de doutorado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, Jose Antonio. Menina que se comporta como menino, menino que se comporta como menina: o que podemos aprender com essas crianças que teimam em ser dissidentes? In: RODRIGUES, Alexsandro. **Crianças em Dissidências: narrativas desobedientes da infância**. Salvador: Devires, 2018. P.87-102

SEPULVEDA, Denize; CORRÊA, Renan; FREIRE, Priscila. **Gêneros e Sexualidades: noções, símbolos e datas**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Dos Autores, 2021.

SILVA. Jaqueline Luzia da. Alfabetização e Currículo: entre a fixação de significados e as experimentações que criam fissuras e possibilitam outros modos de vida. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e92981, 2024.

SOUSA, Victor. Pereira. Desconstruindo a cis-heterossexualidade: uma perspectiva decolonial. **ARTEFACTUM - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia**. ANO X, N. 01, 2018.

SOUZA, Suellen Araújo. **A perspectiva de gênero na educação de jovens e adultos – desafios e estratégias na EJA Manguinhos**. Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2020.

Notas

ⁱ Este conceito refere-se aos diferentes marcadores sociais, como raça, classe, gêneros, sexualidades, dentre outros e como estes relacionam-se entre si fazendo com que tenhamos diferentes experiências de vida. Este conceito muito importante para os estudos dos feminismos negros, teve como precursoras feministas autoras como: Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins e Angela Davis.

ⁱⁱ O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre todos os gêneros. A Língua Portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por gêneros plurais não sexistas a serem adotados em Português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. Segundo PERROT (2019, p.21), a linguagem, a gramática, contribui para o apagamento das mulheres na história, pois quando “há a mistura de gêneros, usa-se no masculino o plural: eles dissimulam elas”

ⁱⁱⁱ Mulher que sente atração, sexual ou romântica, por mulheres. O termo lésbica foi desenvolvido para diferenciar a orientação sexual das mulheres que se relacionam com mulheres dos homens que se relacionam com homens, ou seja, os gays, sendo, portanto, uma construção do século XX. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 15).

^{iv} Palavra de origem inglesa, incorporada em outras línguas, utilizada para designar homens homossexuais. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 18).

^v Pessoa que sente desejo por ambos os sexos e gêneros. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 23).

^{vi} Indivíduo que apresenta uma identidade de gênero diferente daquela atribuída no momento de seu nascimento. Não precisa, necessariamente, ter o desejo ou sentir a necessidade de realizar modificações em seu corpo, incluindo a cirurgia de redesignação sexual. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 32).

^{vii} Termo exclusivamente brasileiro que engloba a expressão de gênero travesti. A palavra travesti é utilizada como opção política, pois está relacionada às primeiras formas de lutas e visibilidade das identidades transexuais e transgêneras no Brasil. Designação dada à pessoa nascida biologicamente homem que se identifica como pertencente ao gênero feminino. Para sua identificação é preciso a colocação do artigo feminino “a”, demarcando que se trata do gênero feminino: a travesti. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 33).

^{viii} Termo usado para se referir a pessoas que não se enquadram dentro do modelo de sociedade que determina que só existem os gêneros femininos e masculinos, e que todos são heterossexuais. São consideradas como aquelas e aqueles que estão fora das definições das fronteiras de gêneros e sexualidades, que não se aprisionam por elas. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 46).

^{ix} Termo atualmente utilizado para designar uma pessoa que nasce com dois órgãos genitais. Antigamente, denominava-se hermafrodita – termo que deixou de ser utilizado em função de sua conotação biologizante. Podemos dizer que a pessoa intersexo é aquela que nasce com genitálias relacionadas ao sexo feminino e ao masculino (...) (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 12).

^x Indivíduo que geralmente não sente atração sexual, podendo, inclusive, às vezes, sentir aversão ao sexo. Apesar disso, pode desejar envolvimento romântico. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 25).

^{xi} Pessoa que se interessa ou sente atração por todas as pessoas, independentemente de suas identidades de gêneros ou orientações sexuais. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 24).

^{xii} Pessoa que expressa seu gênero para além do binarismo feminino/masculino, englobando diversas identidades. Portanto, o não binarismo pode estar presente nas diversas identidades de gêneros ou ainda nas orientações sexuais. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 37).

^{xiii} Apesar de reconhecer que existem outras variações da sigla, esta é a adotada neste texto. Em relação ao símbolo do “+” contido na sigla, é importante mencionar que ele aparece sempre para incluir outras identidades de gêneros e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo. A ideia é incluir toda as diferenças, sem deixar ninguém para trás. (Corrêa, 2024, p. 29)

^{xiv} Entendemos como discriminação baseada em características físicas, por exemplo, a gordofobia, que é o preconceito contra pessoas gordas e/ou corpos gordos. Pessoas gordofóbicas privilegiam a magreza como único padrão aceito e enxergam corpos gordos como fracassados e doentes.

^{xv} Entendemos como discriminação baseada em características por idade, por exemplo, o etarismo, que é o preconceito contra pessoas idosas. Muitos enxergam os idosos como pessoas com menos valor e que não podem mais contribuir com nada para a sociedade.

^{xvi} De acordo com Sousa (2018, p.1): O padrão cis-heteronormativo imposto pela sociedade oprime, violenta, discrimina, subordina, inferioriza e mata diariamente pessoas que não se identificam com o mesmo. Por isso, devemos compreender, numa perspectiva decolonial, que a desconstrução desse padrão visa a justiça social e valida movimentos e lutas de resistência.

^{xvii} Comportamento de indivíduos que são contra a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros. Esses sujeitos expressam por opiniões ou atitudes que o homem heterossexual é superior a todos os demais seres humanos que não se encaixam dentro desse padrão. Sendo assim, o machista é aquele que pratica ou exerce o sexismo. A lógica do sexismo existe há alguns séculos e está arraigada em culturas das sociedades burguesas ocidentais, tanto no sistema econômico e político mundial, como nas religiões, na mídia e no núcleo familiar, o qual apoia-se em um regime patriarcal, em que o homem representa a liderança. Nessa conjuntura, a mulher é colocada em um lugar de submissão, perdendo seus direitos e até mesmo a livre expressão. Nessa lógica, é forçada pela sociedade machista a adequar-se às vontades de seu marido ou pai, caracterizando-se, assim, um tradicional sistema patriarcal. (Sepulveda; Correa; Freire, 2021, p. 53).

^{xviii} Segundo Auad (2006, p. 60) o termo co-educação refere-se a um modo de gerenciar as relações de gênero na escola mista, de maneira a questionar e reconstruir as idéias sobre o feminino e sobre o masculino. A co-educação, assim, trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e brincadeiras dos pátios. Trilhar o caminho da escola mista que temos à co-educação que queremos prevê, portanto, uma série de recomendações e princípios sobre os quais há de se refletir.

Sobre os/as autores/as

Ana Patrícia da Silva

Pós-doutorado em Ciências Médicas – UERJ; Doutora e Mestre em Educação – UFRJ; Professora Associada – CAP UERJ. Coordenadora dos projetos a seguir: “Inclusão em Educação Física Escolar: Desafios e Potencialidades da Prática Pedagógica” (pesquisa e iniciação à docência), “Corpo Consciente, Prática Pedagógica e Educação Libertadora” (iniciação à docência), “Práticas Pedagógicas em Educação Física escolar: Outras possibilidades” (projeto de extensão), “O Corpo como Prática Pedagógica: Um diálogo entre Rio de Janeiro (Brasil) e Augsburg (Alemanha)” (Prodôncia) e “Corpo Consciente, Inclusão

em Educação e Práticas Pedagógicas: Aproximações e Distanciamentos na Educação de Jovens, Adultos e Idosos” (PROEJAICAP-UERJ). Membro do GESDI Grupo de Estudo e Pesquisa "Gêneros, sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos" (FFP/UERJ). E-mail: anapatriciauerj@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9029-2515>

Denize Sepulveda

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Proped) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGedu) da UERJ/FFP. Professora Associada da Universidade do Rio de Janeiro na Faculdade de Educação. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2020). Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ/PROPED (2016). Procientista (UERJ). Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (2012). Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2003). Especialista em Educação Especial pela UFF (1995). Especialista em Psicopedagogia pela PUC-Rio (1997). Especialista em Educação Infantil pela PUC-Rio (1999). É bacharel e licenciada em História (1993). Sub-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Conservadorismo e a Educação Brasileira da UFF. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários *Espaços Tempos* da História e dos Cotidianos da UERJ/.

E-mail: denizesepulveda@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

Renan Corrêa

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais UERJ/FFP. Licenciado em Geografia pela UERJ/FFP. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI/UERJ) e do grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB/UFF). Professor de Geografia das redes públicas e privadas de ensino.

Email: naner_rj@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4206-358X>

Recebido em: 02/06/2025

Aceito para publicação em: 10/07/2025